

# Tecnologias digitais no ensino de história e valorização do patrimônio cultural da Amazônia brasileira

Benedito Walderlino de Souza Silva, Universidade Federal do Pará, Brasil

**Resumo:** Este trabalho objetiva discutir fundamentos conceituais e teórico-metodológicos relativos à contribuição que tecnologias digitais podem fornecer a educação escolar no contexto do processo de ensino-aprendizagem da disciplina história em assuntos relacionados ao patrimônio cultural. O Brasil conta com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para executar políticas públicas de preservação de sua cultura. Em parceria com a Universidade Federal do Pará, a unidade do instituto no Estado Pará desenvolveu uma ferramenta de educação patrimonial chamada Ver-o-Site, uma página on-line voltada à valorização cultural do Ver-o-Peso, a maior feira livre da América Latina, símbolo cultural, turístico e ponto de origem da capital deste estado, a cidade de Belém. Avaliando o espaço considerável que tecnologias digitais como esta têm na vida dos alunos, gerando novas formas e velocidade de acesso e socialização de informação, pondera-se que os educadores devam utilizá-las como ferramentas educativas. Com o Ver-o-Site, pode-se trabalhar aspectos do processo de ocupação colonial, formação histórica, econômica e social de núcleos urbanos da Amazônia brasileira, bem como o espaço que lugares como o Ver-o-Peso ocupam no patrimônio cultural de habitantes de cidades como Belém. Tal ação visa fortalecer o papel de formação social da escola junto aos alunos na era digital.

**Palavras-chave:** tecnologias digitais e educação, ensino de história, valorização do patrimônio cultural

**Abstract:** This article focuses on conceptual and methodological issues concerning the contribution that digital technologies can provide to School education in the context of the teaching and learning of history in matters related to cultural heritage process. Brazil has the "Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" (Institute of National Historical and Artistic Heritage) to implement public policies in order to to preserve their culture. In partnership with the "Universidade Federal do Pará" (Federal University of Pará), the unit of the institute in the state of Pará has developed a tool of heritage education called "Ver-o-Site", an online page with the objective of increasing the cultural appreciation of Ver-o-Peso, the largest free fair in Latin America, a cultural and touristical symbol, and also the starting point of this state capital, the city of Belém. As we evaluate the considerable importance that digital technologies like this have on students' lives, creating new forms and speed of access and sharing of information, we consider that educators must use them as educational tools. With the Ver-o-Site, you can work aspects of colonial occupation process, historical, economic and social development of urban areas in the Brazilian Amazon, as well as the space that places like the Ver-o-Peso occupy in the cultural heritage of inhabitants of cities like Belém. Such action aims to strengthen the role of social formation of the school with students in the digital age.

**Keywords:** Digital Technologies and Education, History Teaching, Valorization of Cultural Heritage

Este artigo tem por objetivo discutir como o ensino de história pode se utilizar de tecnologias digitais para abordar questões relacionadas ao patrimônio cultural dos alunos, tendo como ponto de apoio o Ver-o-Site - uma página on-line voltada à valorização cultural do Ver-o-Peso, a maior feira livre da América Latina, símbolo cultural, turístico e ponto de origem da capital deste estado, a cidade de Belém - PA, Brasil. Esta página on-line foi criada no contexto das políticas públicas de salvaguarda da cultura paraense para divulgação e valorização do patrimônio cultural do estado representado pelo Ver-o-Peso, um dos principais bens que servem de referência à identidade e patrimônio cultural da região amazônica.

A partir da prática no ensino de história e levando-se em conta o trabalho de educação e valorização do patrimônio cultural desenvolvido pelo Ver-o-Site, procurar-se-á demonstrar de que maneira essa tecnologia digital pode ser utilizada como instrumento para abordar o processo de ocupação colonial, formação histórica, econômica e social de núcleos urbanos da Amazônia brasileira. Além disso, procurar-se-á identificar o processo de construção das percepções que possibilitam lugares como Ver-



o-Peso a ocuparem os principais postos de bens tornarem-se referência para a conformação da identidade e patrimônio cultural de habitantes como o processo histórico-social apresentado por Belém.

Serão avaliados os cuidados que o professor de história deve ter ao trabalhar questões relacionadas ao patrimônio cultural, enfatizando a necessidade de entender como se processa a construção social de patrimônio, a importância da abordagem dos aspectos materiais e imateriais do cotidiano dos detentores desse patrimônio, bem como os aspectos que permitem sua transmissão e reprodução ao longo do tempo. De posse desses princípios, pondera-se que o professor de história dispõe de ótimas condições para usar bens referência à cultura de origem de seus alunos como instrumento de educação patrimonial.

Posteriormente, pretende-se avaliar como a política brasileira de educação patrimonial vem desenvolvendo metodologias para utilização de bens referências a identidade e patrimônio cultural nacional e como os resultados dessas discussões pode ser apropriado pelo professor de história quando tratar de patrimônio cultural junto a seus alunos. Além disso, como utilizar tais metodologias para que o professor evite cometer violência cultural em sua função de intermediar a apreensão dos alunos quanto aos valores sentidos comuns à coletividade da qual são parte.

Por fim, será abordado como uma ferramenta digital de educação patrimonial como o Ver-o-Site pode contribuir para que os princípios referidos possam ser aplicados ao ensino de história na Amazônia. E também possibilita ao professor de história usar o Ver-o-Peso como ponto de partida para tratar do processo de ocupação colonial, formação histórica, econômica e social de núcleos urbanos da Amazônia brasileira, bem como os motivos que fazem com que lugares como o Ver-o-Peso sejam considerados bens referência para a identidade e patrimônio cultural das regiões onde estão situados.

## **O patrimônio cultural no processo de ensino-aprendizagem da disciplina História**

O ensino escolar da disciplina história é marcado pela necessidade que os professores têm de lidar com as percepções de patrimônio cultural que permeiam sua prática profissional e socioeducativa na relação com os alunos. A percepção de formação de patrimônios culturais permite ao aluno reflexão quanto à construção histórica e cultural da sociedade a qual faz parte, bem como, os sentidos e valores que permeiam suas ações e conformam sua identidade e patrimônio cultural. Enquanto uma das principais instituições sociais responsáveis pela transmissão de conhecimentos que são inerentes ao contexto social do qual o aluno é parte, a escola deve ponderar a importância de não negligenciar essas questões muito menos os contextos políticos que a estruturam. Logo, o professor deve buscar compreender o contexto histórico-cultural de seus alunos e, assim, contribuir para que sejam cidadãos positivamente ativos nas coletividades das quais fazem e farão parte ao longo de suas vidas.

Para tal, em sua atuação junto a seus alunos, o professor de história deve ter em mente que cultura e patrimônio são categorias intimamente relacionadas e construídas socialmente tanto no ambiente escolar como a partir das relações sociais do aluno junto aos demais membros da sociedade da qual é parte integrante. Nessa conjuntura, a cultura se constituirá nas condições de produção e reprodução de aspectos materiais e não-materiais de práticas coletivas e simbólicas de uma sociedade (Meneses, 1999). Por sua vez, como observa Gonçalves (2005) as percepções de patrimônio cultural se processarão no contexto da apropriação de noções de hierarquia de sentidos e valores que os indivíduos adquirem em relação à representatividade cultural que sua sociedade atribui a bens presentes no contexto das relações e ações sociais que lhes são características.

Considerando tais situações, em sua missão de intermediar a aquisição de conhecimentos comuns à sociedade da qual o aluno é parte, o professor de história deve tratar essa relação entre cultura e patrimônio no contexto que é próprio da vivência social do aluno. Tomando essa situação de um contexto social mais geral, como pondera Meneses (1999), há quatro fatores que são fundamentais e não podem ser desconsiderados:

1. A aquisição dos sentidos de representatividade de bens como referências basilares a constituição da cultura se processará em um universo de escolha, de seleção e da opção dos indivíduos;

2. A cultura de uma coletividade é constituída a partir de um universo historicamente criado, no qual os sentidos e valores que o estruturam precisam ser explicitados, declarados, propostos e legitimados socialmente;
3. O valor cultural não está presente somente na materialidade dos bens culturais, mas também nos sentidos e valores que as pessoas em interação social atribuem a esses bens e repassam entre si ao longo do tempo, ou seja, a percepção de seus conteúdos simbólicos;
4. As políticas de salvaguarda de bens aceitos como referências para a constituição da identidade cultural de uma sociedade devem ser estruturadas considerando a pluralidade da experiência social. O que deve ser feito sem privilegiar segmentos, sob pena de limitar a compreensão e ação de preservação e valorização da cultura.

Nos quatro pontos, é nítido que são situações que se processam no contexto das ações e relações sociais, bem como, valores e sentidos materiais e imateriais que lhes servem de fundamento. Igualmente, não há como não reconhecer a importância da materialidade dos bens culturais enquanto mediadores da relação de uma coletividade em interação social e delas com os valores e sentidos que permeiam seu mundo cultural (Silveira e Lima Filho, 2005). Nesses termos, o professor de história não pode perder de vista que os bens culturais de seus alunos se constituem em símbolos dotados da capacidade de mediar o processo contínuo de transmissão de sentidos e valores presentes em um contexto social a partir do contato dos agentes sociais com a materialidade e simbolismos que lhes atribui. Portanto, os bens culturais situam as pessoas no mundo social do qual são parte, permitindo que adquiram e criem vínculos com lugares, pessoas e comportamentos característicos de sua conjuntura social.

Assim sendo, como bem ressalta Jeudy (1990), ao ser socialmente manipulada, a materialidade dos bens culturais torna-se um elemento ativo na produção de comunicação social e simbolismos oriundos de estruturas físicas usadas e reutilizadas cotidianamente por uma sociedade ao longo do tempo. Dessa maneira, o resultado dessa composição constitui o que Sauer (2004) define como uma Paisagem Cultural, ou seja, o contexto espaço-temporal de inter-relação sistêmica entre pessoas, lugares e práticas cotidianas, cuja história fica impressa na materialidade e nos simbolismos que gera.

Conseqüentemente, o professor de história deve considerar que a materialidade dos bens culturais é um dos possíveis pontos de partida para a compreensão das estruturas da cultura e patrimônio cultural de seus alunos, mas não é o único. Como referido, nessa conjuntura, também possui papel de destaque a imaterialidade construída a partir dos sentidos que seus alunos, enquanto parte de uma sociedade, atribuem à estrutura material de bens culturais. Assim, o professor de história deve ter em mente que para um bem cultural ser aceito como parte do patrimônio de uma coletividade deve possuir três características apontadas por Gonçalves (2005):

1. Poder de ressonância, ou seja, ser reconhecidos como extensão social e simbólica de uma coletividade ao longo do tempo;
2. Propriedade material, da qual surgem simbolismos para a sociedade que o aceita como bem referência para a constituição de sua identidade cultural, ou seja, os valores imateriais do bem cultural;
3. Não existem bens que sirvam de referência a identidade cultural de uma coletividade que não sejam em decorrência da condição e efeito da vontade e autoconsciência das pessoas em interação social.

Ao ponderar essa situação, o professor de história compreenderá que a concepção de patrimônio cultural é uma prática socialmente e temporalmente produzida, marcada por produção material e simbólica de identidade e ação social. Como observa Halbwachs (2003), o processo de transmissão dos sentidos e valores sociais presentes nessa conjuntura é realizado pela Memória Social. Nela, as estruturas de valores e sentidos socialmente produzidas ao longo do tempo por uma coletividade ficam bem marcadas ao pautarem as relações e ações sociais das pessoas e destas com lugares e atividades característicos do seu modo de vida.

Essas maneiras determinadas de pensar, agir e recordar dos indivíduos, permitidas pela memória social, acabam por dar estrutura e funcionamento à sociedade da qual são parte. Nesse contexto, a memória social funciona como um processo ativo e contínuo de reconstrução das relações e ações

sociais do presente pelo que herda e absorve do passado. Assim, as pessoas conscientemente se adaptam a novas condições resultadas de mudanças sociais legitimadas socialmente e, nessa conjuntura, adquirem novos valores que atendem suas necessidades sociais, estes sendo, então, incorporados aos já corriqueiros ao comportamento social.

Com essa percepção da constituição da memória social, em sua atuação junto aos alunos, o professor de história deve considerar que essa constituição se pauta em duas características que Santos (2003) aponta como importantes quando se considera a memória social. A primeira é parte objetiva desta, na qual há o acúmulo de sentidos e valores presentes nas ações e relações sociais vivenciados por uma coletividade. A segunda característica é a parte subjetiva, na qual às ações e relações sociais se estabelecem com base em sentidos e valores compartilhados ao longo do tempo pela memória social. Em ambas as características é possível perceber a possibilidade que a materialidade dos bens culturais e os simbolismos dela emanados tem de contribuir para formação da memória social e para contextos de comunicação intercultural.

Assim, ao discutir patrimônio cultural com seus alunos, o professor de história deve ter a capacidade de compreender que uma experiência social não fica arquivada em indivíduos definidos, na medida em que é socializada pela memória social tanto a posteridade quanto a outras sociedades. Igualmente, considerando que as percepções sociais sobre patrimônio cultural são resultadas de uma mediação entre valores herdados e adquiridos subjetivamente, o professor de história tem a condição de usar adequadamente como instrumento de educação patrimonial um bem aceito como referência à constituição da identidade cultural da sociedade da qual seus alunos são parte.

## **Aportes da política brasileira de Educação Patrimonial ao ensino de História**

A política brasileira de Educação Patrimonial foi constituída a partir da influência de práticas pedagógicas que subsidiaram o ensino de história na Inglaterra a partir da década de 1970. Essa prática se vale de metodologias que utilizam museus, monumentos e espaços de reconhecida relevância histórica como instrumentos de educação patrimonial. Como observam Silveira e Bezerra (2007), a partir dos anos de 1980, essa metodologia passa a ser utilizada no Brasil e, assim, não só escolas como museus e entidades atuantes no campo da cultura intensificam o uso de sítios históricos do período colonial brasileiro como ferramenta de educação e valorização da cultura nacional.

A partir dos desdobramentos dessas discussões em torno dessa metodologia de ensino e valorização de patrimônios culturais, os profissionais atuantes no ensino da disciplina história podem utilizar bens referências para a constituição de patrimônios culturais para desencadear um processo contínuo de reflexão junto a seus alunos quanto às referências culturais que dão corpo à identidade cultural da sociedade de que são parte (HORTA et al, 1999). Enquanto indivíduos que têm a opção de se tornar detentores desses bens, esse contexto também é importante para conscientizar os alunos quanto à necessidade de sua participação ativa na manutenção de práticas sustentáveis de preservação desses bens culturais.

De posse desses instrumentos de ensino, o professor de história tem a possibilidade de contribuir para que a escola cumpra com uma de suas funções sociais ao colaborar para que os alunos percebam a atmosfera cultural da qual são parte, tomando consciência dos aspectos formadores do processo histórico-social presente nesta atmosfera. Partindo da percepção de educação patrimonial partilhada tanto Horta et al (1999) quanto Iphan (2014), entende-se que o professor de história deva compreender o ambiente cultural de seus alunos, entendendo o lugar de bens culturais em suas práticas cotidianas. Assim, o professor terá mais condições de transmitir o valor que a sociedade, da qual o aluno é parte, atribui a determinados bens culturais e, deste modo, mediar as possibilidades de apreensão de sentidos que permitem ao aluno estruturar vínculos de ressonância com esses bens, dando a oportunidade de agregá-los às suas percepções de patrimônio cultural.

Contudo, há que se ter em mente que o processo de apreensão de sentidos que estruturarão as percepções de patrimônio nos alunos não estará terminado com os professores de história adotando a postura referida em sala de aula. Não há como desconsiderar a atuação da escola como instituição social responsável por transmitir os sentidos e valores que pautam as relações sociais, mas como

ponderam Najjar e Najjar (2006), a perspectiva da educação patrimonial no Brasil reconhece que o ambiente escolar não é o único contexto de aprendizagem e transmissão de valores comuns a uma coletividade. A própria vivência social e os laços de solidariedade entre os indivíduos que lhes são inerentes cumprem essa ação socioeducativa.

Ainda que tenha a compreensão de que a formação das percepções do aluno quanto aos bens culturais que serão parte de sua identidade e patrimônio cultural se produzam na vida em sociedade, portanto, extrapolando os ambientes escolares e suas metodologias de ensino, o professor de história deve ter consciência do quão é importante que sua atuação se produza dentro dos termos referidos anteriormente. Sua prática de educador no campo história e sua contribuição na percepção de patrimônio por parte dos alunos será um dos momentos mais importantes no processo de aprendizagem contínua e que pautará a forma de pensar e agir particulares e comuns à cultura e à coletividade da qual esses alunos são membros.

Esse cuidado é parte do exercício ético do professor de história enquanto profissional da educação escolar que necessita adentrar no campo da formação da percepção de identidade e patrimônio cultural de seus alunos. Concorde-se com Almeida (2002) quando defende que este exercício por parte do educador, nesse contexto, necessita de contínua reflexão quanto a quem se destina seu trabalho, sem ignorar a forma como ele é absorvido e afeta seu público alvo.

Não há como negar que essa vigilância constante é essencial ao distanciamento dos fins e resultados que o trabalho do professor deve ter na educação social de seus alunos, inclusive no campo da apreensão da cultura da sociedade da qual são parte ativa. Da mesma forma, que posturas contrárias a essa preocupação desencadeiam contextos como os apontados por Silveira e Bezerra (2007), nos quais há o distanciamento responsável pela desvalorização do trabalho conjunto entre Educação e Cultura.

Infelizmente, esse distanciamento é responsável por fazer com que o professor de história não disponha de preparação técnica suficiente para evitar que use seus princípios e valores socioculturais para influenciar os alunos quanto ao que deve ser apropriado e valorizado como seu patrimônio cultural. Com base nas observações que fizemos quanto às particularidades da construção social de patrimônio e o fato de nem sempre o professor que leciona em um lugar ser proveniente desse lugar, ser detentor da cultura deste lugar, adotar uma prática que vá de encontro ao que se defende nesse momento terá um efeito negativo sobre a transmissão de valores e sentidos que alunos devem receber da sociedade da qual são parte e a partir da escola enquanto uma das instituições sociais responsáveis por essa função.

Tal situação corrobora para a percepção da necessidade de o professor conhecer o contexto histórico-social da sociedade da qual seus alunos são parte para, só então, utilizar-se de bens que sirvam de referência à cultura dessa sociedade para trabalhar questões relacionadas a patrimônio cultural junto a seus alunos. De posse desse conhecimento, a atuação do professor deve se pautar em mostrar aos alunos quais e como bens culturais carregam aspectos do contexto histórico-social da sociedade da qual os alunos integram e, assim, tanto são aceitos por essa coletividade como parte de seu patrimônio cultural quanto ajudam na compreensão de sua história passada e presente. Ainda assim, isso deve ser feito dando liberdade de escolha ao aluno quanto ao que será ou não parte de seu patrimônio cultural, sob pena de se cometer violência cultural.

Considera-se que ao se deparar com a delicada missão de lidar com bens culturais que constituem potenciais referências para a percepção de identidade e patrimônio cultural de seus alunos, enquanto membros de uma sociedade que já sente ressonância cultural por tais bens, o professor de história deve estar aberto tanto à constante vigilância epistemológica quanto à aplicação de enfoques interdisciplinares, bem como a utilização de instrumentos de trabalho que aperfeiçoem sua atuação. Ponderando o espaço que tecnologias digitais têm no cotidiano dos alunos e o recente movimento de instituições ligadas ao campo da cultura na produção de sites de educação patrimonial, consideramos que espaços *on-line* voltados à valorização de bens culturais são importantes pontos de apoio para a atuação do professor de história junto a seus alunos em discussões atreladas ao patrimônio cultural.

## **Ver-o-site - instrumento de educação e valorização do patrimônio cultural amazônico**

No Brasil, as ações estatais de salvaguarda da cultura são desenvolvidas pelo Ministério da Cultura, sobretudo a partir do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), uma autarquia federal responsável por identificar, reconhecer, salvaguardar e promover o patrimônio cultural brasileiro, preservando os bens que servem de referência à identidade e patrimônio cultural do país e contribuindo para criar condições de produção e reprodução destes bens. O Instituto foi criado em 1937 pela Lei nº 378/1937 (BRASIL, 1937), no governo de Getúlio Vargas e, atualmente, conta com 27 Superintendências, unidades descentralizadas que atuam nas unidades federativas do país, além de 27 Escritórios Técnicos em cidades com centros históricos tombados.

No Pará, essa missão do Instituto é desenvolvida pela Superintendência do Iphan no estado. O Ver-o-Site é uma ferramenta digital usada pela superintendência para ações de salvaguarda de uma das mais expressivas referências culturais do estado, a feira do Ver-o-Peso. Esta é a maior feira livre a céu aberto da América Latina, sendo constituída de um complexo situado às margens da baía do Guajará, no centro histórico de Belém, com uma estrutura física formada pelos Mercados de Ferro e de Carne, as Praças do Pescador e do Relógio, as Feiras do Açaí e do Ver-o-Peso. Desde 1977, este complexo constitui um bem arquitetônico consagrado como patrimônio cultural da cidade pelas políticas estatais de salvaguarda.

O site foi criado em 2012 como parte dos projetos da Rede Casa do Patrimônio Cultural do Pará, vinculada ao Setor de Educação Patrimonial da superintendência, sendo responsável pelo planejamento e execução de ações educativas de valorização do patrimônio cultural por parte do instituto em sua atuação no Pará. A rede ainda conta com a participação de outras instituições atuantes no campo da cultural. No caso do Ver-o-Site, o principal parceiro da superintendência é o Centro de Memória da Amazônia, instituição museológica vinculada à Universidade Federal do Pará (UFPA), uma das principais instituições de ensino da Amazônia.

A partir dessa parceria, a criação do Ver-o-Site disponibilizou à sociedade um espaço on-line de fácil acesso a informações relacionadas ao Ver-o-Peso, não só quanto à diversidade de produtos comercializados e setores da feira, possibilidades de interação de feirantes entre si, visitantes e consumidores, a partir, por exemplo, de socialização de receitas da culinária local que utilizam produtos comercializados no Ver-o-Peso, como também, aspectos da história e memória social do paraense. O site disponibiliza aos usuários a iconografia com mapas e fotografias atuais e antigas da feira, um fórum de debate sobre assuntos relacionados ao Ver-o-Peso, sobretudo, sua importância histórica e cultural.

Ressalta-se a importância e o ineditismo da iniciativa. No Brasil, não são muito comuns espaços on-line com tanta capacidade de acesso a informações sobre bens culturais que se constituem em referência para a identidade cultural do país, sobretudo, oriundos de instituições ligadas ao campo da salvaguarda cultural brasileira. Além disso, iniciativas como o Ver-o-Site permitem aos usuários da página on-line, independentemente do lugar onde estiverem, terem acesso a informações que mostram o valor cultural do Ver-o-Peso quando se considera o patrimônio cultural da Amazônia.

Por essas características, pondera-se que tecnologias digitais como o Ver-o-Site se constituem em excelentes instrumentos de ensino para professores de história seguindo as posições sugeridas do processo de ensino-aprendizagem da disciplina em questões relacionadas ao patrimônio cultural e a educação patrimonial, como referido anteriormente. Principalmente, a partir da consideração de que tecnologias digitais ganham cada vez mais espaço no cotidiano das pessoas e suas interações sociais, inclusive demonstrando o poder de mobilização que disponibilizam para que demandas sociais sejam atendidas. Levy (2010), por exemplo, enfatiza a contribuição que a cibercultura fornece a novas formas e velocidade de acesso e socialização de informação a partir de tecnologias digitais. Igualmente, considerando que instituições atuantes no campo da salvaguarda cultural, como o Iphan, percebem tal situação e implementam suas ações a partir de ferramentas digitais como o Ver-o-Site.

Com base em nossa experiência como professor de história e conhecendo de perto o trabalho desenvolvido pelo Iphan a partir de instrumentos de educação e salvaguarda cultural como o Ver-o-site, considera-se que este instrumento digital tem totais condições de ser utilizado satisfatoriamente

como ponto de partida para que o professor de história possa trabalhar com seus alunos o processo de ocupação colonial, formação histórica, econômica e social de núcleos urbanos da Amazônia brasileira. Igualmente, os motivos que levam lugares como Ver-o-Peso a se transformarem em referências para a identidade e patrimônio cultural de habitantes de cidades como Belém.

Como observam Fleury e Ferreira (2011), historicamente, feiras e mercados possuem importante papel em processos de formação e desenvolvimento de cidades em todas as partes do mundo. Já na Grécia antiga, o próprio reconhecimento de um local como cidade dependia da presença não só de um mercado permanente, como também de administração e de uma fortificação. Na Idade Média foi comum a iniciativa de instalar mercados em áreas desabitadas para que, assim, em torno deste deles surgissem cidades. Conseqüentemente, a história desses mercados se mistura com a da cidade onde se originaram.

Com o caso do Ver-o-Peso não foi diferente. A feira nasce em função da necessidade de funcionamento de um posto de arrecadação fiscal para o projeto mercantilista da União das Coroas Ibéricas (Portugal e Espanha) na Amazônia brasileira entre os anos de 1580 a 1640. Para entender como o Ver-o-Peso vai adquirir essa função, é necessário atentar para o processo de colonização da Amazônia por nações europeias no século XVII e as estratégias utilizadas para tal. Considerando que Ver-o-Site trata desse contexto em que o Ver-o-Peso adquire a condição de posto de arrecadação de tributos, o professor de história pode usá-lo como ponto de partida para trabalhar aspectos do processo de colonização da Amazônia.

Deste modo, pode tratar como nesse período, a intenção da União Ibérica era a de manter o domínio político sobre a foz do rio Amazonas e proteger militarmente as áreas de concentração de drogas do sertão e produção de açúcar no Brasil. Para frear a invasão dessa região por outros estados europeus, a União Ibérica investiu na construção de fortificações militares em pontos estratégicos para o acesso à região (Tavares, 2008). Assim, em 1616, foi construído o Forte do Castelo de Santo Cristo em uma área elevada próxima à foz do rio Amazonas entre a baía do Guajará e o rio Guamá, localização que lhe deu ampla visão do acesso de barcos a essa região. Dessa fortificação e a construção de moradias no seu entorno, surgiu a cidade de Belém (Fleury e Ferreira, 2011), atual capital do estado do Pará.

Além dessas estratégias, visando à manutenção do domínio político da região, o professor de história pode abordar como a União Ibérica ainda investiu na criação de unidades político-administrativas e a importância de cada uma delas. Nesse contexto, Tavares (2008) observa que em 1621 foi criado o Estado do Grão-Pará e Maranhão, tendo a cidade de São Luiz como capital. Contudo, devido à importância econômica e política de Belém na região, em 1751, a capital do estado foi transferida para esta cidade. Com a formação do estado, outras cidades e fortificações foram construídas em pontos estratégicos para manutenção de seu território, destacando-se Cameté (1633), Macapá (1752), Gurupá (1623), Bragança (1622) e Salinas (1656). Além disso, o professor de história pode abordar a contribuição dada a esse projeto por ordens religiosas vindas da Europa. Na Amazônia, seu objetivo foi de catequisar indígenas buscando que aceitassem a presença do branco e não se aliassem as demais nações europeias que também tentavam adquirir o domínio político e militar da região.

Nesse contexto, o professor pode trabalhar com seus alunos como Belém tornou-se um importante pilar não só da defesa militar do rio Amazonas, como também importante entreposto comercial para os núcleos de povoamento que foram construídos nessa época, recebendo não só a produção extrativista vinda do interior como também das manufaturas trazidas da Europa para serem inseridas no comércio dessa região da colônia. O local que permitia a Belém dispor de estrutura para servir de entreposto comercial é justamente a feira do Ver-o-Peso que surgiu paralelamente à cidade (Fleury e Ferreira, 2011). Na feira, era realizada a pesagem das mercadorias que saíssem da cidade e recolhidos tributos destinados a Câmara de Belém, enquanto extensão da administração colonial na cidade.

Também, com o que o Ver-o-Site informa sobre a relação de Belém com o Ver-o-Peso, o professor de história pode abordar com os alunos as transformações da condição sociopolítica de Belém e de toda a região amazônica. Igualmente, os motivos que levaram o Ver-o-Peso a permanecer como um dos mais importantes pontos de circulação e abastecimento de mercadorias da cidade, sobretudo

de gêneros alimentícios (Fleury e Ferreira, 2011), demonstrando que a feira é um espaço ativo na formação do processo histórico e social da cidade.

Além da circulação de transporte público da cidade, seja o ferroviário do passado ou as linhas de ônibus atuais, convergir para o Ver-o-Peso (Fleury e Ferreira, 2011), o professor de história ainda pode abordar que para dispor de condições estruturais e sanitárias para desempenhar a função referida, desde meados do século XIX, a feira vem recebendo melhorias. Como observa Lima (2008), para o abastecimento de carne no Ver-o-Peso, entre 1860 e 1870, a feira recebeu a construção do Mercado de Carne. Já para o abastecimento de pescado, entre 1897 e 1901 foi construído o Mercado de Ferro. Além disso, o Ver-o-Peso sofreu reformas estruturais em 1908, ao longo da década de 1980, entre 1999 e 2004 e, atualmente, desde 2012 a feira vem sofrendo revitalizações e restaurações.

O contexto social da construção dessas edificações também pode ser utilizado pelo professor de história para trabalhar com seus alunos a Belle Époque em Belém, inclusive, tendo como apoio o acervo fotográfico disponibilizado pelo Ver-o-Site. Estendendo-se entre a segunda metade do século XIX e início do XX, a Belle Époque foi o período em que a Amazônia se constituiu em principal fornecedor de borracha, mercadoria muito valorizada no comércio mundial da época. Situação que criou condições econômicas para uma elite local investir em infraestrutura urbana para Belém seguindo os padrões europeus em voga na época. A arquitetura e materiais empregados na construção dos Mercados de Ferro e de Carne, por exemplo, seguem essa tendência.

Esse conjunto de monumentos arquitetônicos forma o que atualmente é denominado de Complexo do Ver-o-Peso. Para além de sua funcionalidade enquanto espaço de circulação de mercadorias, como aponta Fonseca (2003) chamam atenção as feições coloniais portuguesas de monumentos como o Mercado de Ferro e o Mercado de Carne que se destacam na paisagem do centro histórico da cidade. Nesses espaços e no do Ver-o-Peso também é forte a presença ribeirinha a partir da venda e socialização dos modos de uso de produtos dos rios e florestas da Amazônia. Consequentemente, no Ver-o-Peso, encontra-se em interação marcas de culturas distintas, constituindo um patrimônio com aspectos materiais e imateriais fortemente atrelados. Situação que possibilita ao professor de história discutir com seus alunos o processo de construção histórica e social da percepção de patrimônio e paisagens culturais como defendido anteriormente.

Dada essas peculiaridades e importância histórica não só para Belém e o estado do Pará, como também para toda a região amazônica, o Ver-o-Peso já foi alvo dos principais instrumentos utilizados pela política brasileira de salvaguarda cultural. O conteúdo disponibilizado pelo Ver-o-Site trata como essas políticas se aplicaram e vêm sendo aplicadas na salvaguarda do Ver-o-Peso. Assim, além dessas particularidades que transformam a feira em bem referência para a conformação da identidade e patrimônio cultural da região, o professor de história tem a possibilidade utilizar esse conteúdo disponibilizado pelo site para trabalhar junto aos alunos as características das políticas públicas de salvaguarda pelo estado brasileiro, tendo como exemplo o próprio Ver-o-Peso.

Assim, o professor pode abordar que entre os anos de 1930 a 1980 a atenção dessas políticas foi voltada a salvaguarda de bens da vertente material do patrimônio cultural. Como observa Chuva (2012), tal situação era justificada pela afirmação de que, frente ao negro e ao índio, o branco português teve maior influência cultural na formação da sociedade brasileira e, assim, bens arquitetônicos do período colonial deveriam ser salvaguardados. Visão amparada por instrumentos de salvaguarda como o Tombamento, instituído pelo Decreto nº 25 de 1937 (BRASIL, 1937). Como mostra o Ver-o-site, o Ver-o-Peso foi Tombado em 1977 como Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, tendo reconhecimento nacional de que seus aspectos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos são um patrimônio material de valor extraordinário para o patrimônio cultural do Brasil.

Além disso, o professor pode abordar que a partir dos anos de 1990, há uma maior defesa pela participação da sociedade nas políticas públicas de salvaguarda da cultura nacional, bem como, pela inclusão de bens culturais de natureza imaterial nessas ações, como defendido pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal do país (BRASIL, 1988). Nesse contexto, o principal instrumento de salvaguarda é o Registro, este instituído pelo Decreto nº 3551 de 2000 (BRASIL, 2000), o qual consiste na atribuição a um bem cultural do título de Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil por parte do estado brasileiro. Como também é abordado pelo Ver-o-Site, o Ver-o-Peso passa pelas

fases iniciais do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), um inventário cultural que possibilitará o levantamento de informações que subsidiarão o processo de Registro para a feira receber o título referido (IPHAN, 2000).

A aplicação desses instrumentos de salvaguarda pelas políticas públicas de preservação e valorização da cultural no Brasil pode ser utilizada ainda pelo professor de história para discutir a relação da sociedade com seus bens culturais. Nesse contexto, o professor pode trabalhar com seus alunos que, como é perceptível no caso do Ver-o-Peso, o tratamento a bens culturais deve considerar que o patrimônio material tem uma dimensão imaterial de sentidos, assim como, o patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se (Meneses, 2012).

Igualmente, que é a sociedade quem estabelece os valores vitais a constituição do patrimônio de sua identidade cultural (Oliveira, 2006). Logo, como assevera Carsalade (2012), políticas públicas de salvaguarda devem adotar posturas éticas, pautadas na garantia de diálogo, negociação, consenso e respeito à natureza material e imaterial dos bens culturais. Ao mesmo tempo, dialogar com os alunos quanto o valor de sua participação como agentes dessas políticas para garantia do respeito ao contexto histórico-social de uso de seus bens culturais e dos sentidos que lhes são atribuídos.

Muito mais que um espaço de circulação de mercadorias, os instrumentos de salvaguarda cultural aplicados no Ver-o-Peso mostraram que a feira propiciou o desenvolvimento de uma cultura urbana marcada pela forte relação com os costumes ribeirinhos dos habitantes da Amazônia brasileira (CARVALHO et al, 2010). Essa capacidade das feiras e mercados de envolver tradições específicas, ofícios e modos de fazer, edificações, lugares celebrações conhecimentos e formas de expressão que caracterizam e são diretamente ligadas a cidades é o que leva Burke (2010) a considerar que esses lugares induzem ao surgimento do que tradicionalmente se denomina de cultura popular. Assim como Bakhtin (1993) enxergou que esses aspectos culturais são particulares para o contexto da Idade Média, também é perceptível que esses aspectos do Ver-o-Peso são carregados do jeito de ser do paraense, a irreverência, alegria e espontaneidade e, sobretudo, a receptividade.

É essa cultura característica do Ver-o-Peso, de Belém e da Amazônia que o Ver-o-Site se empenha em divulgar e valorizar. Dentro da própria sociedade paraense um exemplo claro dessa situação foi o caso da escolha da cor do Mercado de Ferro em 2013 a partir da restauração que o monumento vem recebendo desde 2012. Durante esse processo, foi constatado que o mercado passou por várias aplicações de cor em seu revestimento, ainda que, mais recentemente, tenham prevalecido composições de azul e cinza. Assim que a pintura anticorrosiva de cor laranja foi aplicada no mercado, repercussões negativas e positivas em redes sociais chamaram a atenção do Iphan. Diante disso, o instituto realizou uma consulta pública para que a população belenense definisse as cores a serem aplicadas no mercado a partir da reforma em curso.

Deste modo, no Ver-o-Site, as pessoas puderam escolher entre três opções, baseadas em simulações de resultados finais da pintura do mercado com as cores verde, azul e vermelho, escolhidas com base nos vestígios identificados nas torres do mercado durante a restauração, bem como análise de fotos antigas. A repercussão da votação tomou não só redes sociais como os meios de comunicação belenenses. O jornal Diário do Pará (2013) publicou uma matéria mostrando que, no campo destinado a justificativa de suas escolhas, mais de 50% dos votantes tiveram preferência pela cor azul, com justificativas associadas tradição da cor do mercado a que estavam acostumados.

Esse caso traz um exemplo positivo de como tecnologias digitais não só ganham espaço na vida das pessoas e suas interações sociais, como também demonstra o poder de mobilização que disponibilizam para que demandas sociais sejam atendidas. Em sua atuação o professor de história deve utilizar todas as metodologias de ensino à disposição para contribuir com o processo de aquisição de conhecimentos por seus alunos. E é inegável que as tecnologias digitais ocupam um lugar de destaque no cotidiano das novas gerações e nada mais oportuno que utilizá-las como instrumentos de ensino. Também é inegável a capacidade que o Ver-o-Site e outras tecnologias digitais voltadas para a educação patrimonial possuem para servir como instrumentos que contribuam no fortalecendo do papel de formação social da escola junto aos alunos na era digital.

## Considerações finais

Dois assuntos debatidos na sociedade brasileira atualmente são a necessidade de preservação e valorização de bens que servem de referência ao patrimônio cultural do país e, também, as influências positivas ou negativas que a facilidade de acesso a internet pode ter sobre a formação social das crianças e o impacto dessa situação na ação de mediação desempenhada pela família e, sobretudo, a escola nesse contexto.

Ponderando que ambas as situações caminham a todo vapor, considera-se que aliá-las seja uma maneira interessante de intermediar a transmissão de valores e sentidos que a sociedade carrega e necessita repassar para as novas gerações na conformação da memória social e do patrimônio cultural. Como abordado, ferramentas digitais como o Ver-o-Site, ao serem voltadas à educação e valorização do patrimônio cultural, tornam-se um importante instrumento de trabalho para o professor de história.

Usadas com a devida prudência e o cuidado em verificar a procedência das informações que disponibilizam, essas tecnologias digitais têm a tendência de contribuir para que, em seu processo de formação social, os alunos compreendam que a percepção de patrimônio cultural é uma construção social marcada por subjetividades e forte ação política. Portanto, que sua participação como agentes diretos das políticas públicas de salvaguarda que elegem o que e como deve ser salvaguardado é de fundamental importância para que o contexto histórico-social de uso de seus bens culturais sejam integralmente respeitados. A longo prazo, essa preocupação também vai estar e gerar, cada vez mais, instrumentos de educação e valorização de patrimônios culturais que poderão ser utilizados como instrumentos satisfatórios para o ensino de história.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, M. (2002). *O Australopiteco Corcunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola* (Tese Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bakhtin, M. (1993). *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC.
- Bezerra, M. y Silveira, F. (2007). Educação Patrimonial: Perspectivas e Dilemas. Em J. Beltrão, C. Eckert e M. Lima Filho, *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos* (pp. 81-97). Blumenau: Nova Letra.
- Brandão, C. (1996). *O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação*. Rio de Janeiro: IPHAN.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 abr. 2013.
- (04 de Agosto de 2000). Decreto Nº 3.551. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm). Acesso em: 05 abr. 2013.
- (30 de Novembro de 1937). Decreto Nº 25. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 20 abr. 2013.
- (13 de janeiro de 1937). Lei Nº 378. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716>. Acesso em: 16 agosto 2014.
- Burke, P. (2010). *Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carsalade, F. (2012). A ética das intervenções. Em *Anais - Oficina do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN, 2012*. Rio de Janeiro: Petrópolis.
- Carvalho, L., Wilma, L. e Leitão, W. (2010). *Inventário de Referências Culturais do Conjunto Arquitetônico do Ver-o-Peso*. Termo de Cooperação - modalidade Mecenato: Petrobras – Associação Ver-as-Ervas, Minc – Iphan, Belém, p. 365.
- Diário do Pará. *Votação para escolher a cor do Ver-o-Peso*. Belém, 2013.
- Fleury, J. e Ferreira, A. (2011). Ver-o-Peso da Cidade: O mercado, a carne e a cidade no final do século XIX. *Revista Estudos Amazônicos*, VI(1), pp. 100-116.
- Fonseca, M. (2003). Para Além da Pedra e Cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. Em R. Abreu e M. Chagas (org), *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Gonçalves, J. (2005). Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônio. *Horizontes Antropológicos*, 23, pp. 15-36.
- Halbwachs, M. (2006). Memória Coletiva e Memória Histórica. Em *A Memória Coletiva* (trad. Beatriz Sidou) (pp. 71-111). São Paulo: Centauro.
- Horta, M., Grunberg, E. e Monteiro, A. (1999). *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2014). *Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos*. Brasília: DAF – CEDUC/IPHAN.
- (2000). *Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC: manual de aplicação*. Departamento de Identificação e Documentação, Brasília: IPHAN.
- Judy, H. (1990). Questões Sociais dos Novos Patrimônios. Em *Memória do Social* (trad. M. Cavalcante) (pp. 5-46). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Lévy, P. (2010). *Cibercultura* (trad. C. Irineu Costa). São Paulo: Editora 34.
- Lima, M. (2008). *Ver-o-Peso, patrimônio(s) e Práticas Sociais: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará.
- Meneses, U. (2012). O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. Em *Anais - I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009*. Brasília: IPHAN.

- (1999). Os “Usos Culturais” da Cultura: contribuições para uma abordagem crítica das práticas políticas culturais. Em E. Yázigí, A. Carlos e R.A Cruz (Org.), *Turismo: espaço, paisagem e cultura* (pp. 89-99). São Paulo: HUCITEC.
- Oliveira, R. (2006). *O trabalho do Antropólogo*. São Paulo: Ed. UNESP.
- Najjar, J. e Najjar, R. (2006). Reflexões Sobre a Relação entre a Educação e Arqueologia: uma análise do papel do Iphan como educador coletivo. Em M.F. Lima Filho e M. Bezerra (orgs.), *Os Caminhos do Patrimônio no Brasil* (pp. 171-182). Goiânia: Alternativa.
- Santos, M. (2003). A Construção Social da Memória. Em *Memória Coletiva & Teoria Social* (pp. 32-92). São Paulo: ANNABLUME.
- Sauer, C. (2004). A Morfologia da Paisagem. Em R. Corrêa e Z. Rosendahl (org.), *Paisagem, Tempo e Cultura* (pp.12-74). Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- Silveira, F. e Lima Filho, M. (2005). Por uma Antropologia do Objeto Documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. *Horizontes Antropológicos*, 23, pp. 37-50.
- Tavares, M. (2008). A Formação Territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação de municípios. *Revista ACTA Geográfica*, 2(3), pp.59-83.

### SOBRE O AUTOR

**Benedito Walderlino de Souza Silva:** Aluno do curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui graduação em Licenciatura Plena e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Pós-graduado Lato Sensu (Especialização) em Arqueologia e em Gestão de Cidades, ambas pela UFPA. É consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na área de patrimônio cultural atuando no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), na UFPA e na Inside Consultoria Científica participou de projetos de pesquisa em Arqueologia. No Curso Pré-vestibular CPV-Negros da UNIFAP atuou como professor de História. Como Assessor Técnico da Presidência da Rede Inabra Investe e Diretor de Projetos do Instituto Açaí participou/coordenou equipes técnicas de elaboração de projetos de várias naturezas.